

MP e governos firmam TAC para garantir tratamento adequado a pacientes psiquiátricos da região de Sorocaba

O Ministério Público do Estado de São Paulo formalizou, nesta terça-feira (18/12), Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MP Federal, União, Estado e municípios para enfrentamento dos problemas no atendimento dos sete hospitais psiquiátricos particulares da região de Sorocaba que compõem o maior polo manicomial do País, com mais de 2,7 mil pacientes. Este é o primeiro TAC tripartite na área de saúde mental envolvendo todas as esferas de governo. O Termo foi assinado pelos Promotores de Justiça Alice Satiko Kubo Araújo e Orlando Bastos Filho, de Sorocaba; Fabiana Dal Mas Rocha Paes, Promotora de Justiça de Votorantim e Secretária Executiva da Rede de Atuação Protetiva de Direitos Sociais do Núcleo de Sorocaba; Ricardo Hildebrand Garcia, Promotor de Justiça de Piedade e Luiz Fernando Guinsberg Filho, Promotor de Justiça de Salto de Pirapora.



O Procurador-Geral de Justiça com Promotores, Procuradores, Prefeitos, Secretários e representantes dos governos estadual e federal, após a assinatura do TAC

O TAC, que levou cerca de seis meses para ser elaborado, tem a finalidade de fortalecer e consolidar a rede protetiva aos pacientes e garantir tratamento eficaz e humano. O Termo estabelece que, em até três anos, todos os pacientes

hoje atendidos pelos sete hospitais psiquiátricos privados – que recebem verba do SUS – serão transferidos para a Rede de Atenção Psicossocial gerida pelo poder público.

A investigação sobre a situação dos hospitais psiquiátricos da região de Sorocaba foi deflagrada após a interdição do Hospital Vera Cruz, consequência de investigação do Ministério Público do Estado de São Paulo que encontrou internos em condições desumanas de assistência. Durante a fiscalização no hospital, foram encontrados pacientes totalmente nus e sem atendimento adequado, circulando pelos corredores e em péssimas condições de saúde e higiene, alguns carentes até mesmo de tratamento clínico.

Para a ação no Hospital Vera Cruz, em Sorocaba, foi necessária uma operação de grande complexidade, articulada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, junto com o Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ministério da Saúde.

A concretização do TAC foi definida pelo Procurador-Geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa, como uma das grandes ações do Ministério Público do Estado de São Paulo neste ano. “Este TAC é resultado do respeito ao conhecimento científico, da vontade política e da preocupação do MP e dos órgãos dos municípios, do Estado e da União em cumprir um dever ético”, afirmou. “O ser do homem é relacionar-se e qualquer situação que desnature o ser humano, que o impeça de estabelecer vínculos, conspira contra sua natureza e contra sua dignidade”, completou, para, em seguida, elogiar a atuação dos Promotores de Justiça que se empenharam para o equacionamento da questão.

De acordo com a Procuradora de Justiça Lídia Passos, Coordenadora-geral do Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva, a situação dos internos no Vera Cruz era degradante. “Foi verificado o absoluto descontrole por parte do hospital em relação aos pacientes. Os prontuários não correspondiam aos dados e informações sobre os internos e não havia gerência sobre alas importantes de internação”, afirma.

“Foi realizado um censo com todos os pacientes da unidade. Constatamos casos assustadores e, por essa razão, decidimos ampliar a ação de desinstitucionalização para todos os hospitais psiquiátricos privados da região e propor a assinatura do TAC”, afirma Lídia Passos. Além do TAC, o MPSP entrou com uma ação civil pública contra o Hospital Vera Cruz pedindo, pela primeira vez no Brasil, indenização por danos morais aos pacientes com transtorno mental do hospital, em razão das graves violações aos seus direitos fundamentais.

Para o Procurador da República Jefferson Aparecido Dias, o TAC é resultado da atuação articulada dos Ministérios Públicos e das várias esferas de governo. “Não há resposta simples para problemas complexos como esse”, afirmou, destacando que o documento norteará os passos do poder público para o enfrentamento da questão nos próximos anos.

Já o Coordenador Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Roberto Tyconori, afirmou estar “emocionado com o empenho e dedicação” dos membros do MP-SP nesse caso. “Os Promotores tiveram uma atuação não apenas profissional e técnica, mas humana, respeitosa e digna”, consignou.

Na opinião do Prefeito de Sorocaba, Vitor Lippi, “os Promotores fizeram um trabalho fantástico de articulação, com respeito e ouvindo muito todas as partes envolvidas, iniciando um processo que é irreversível”. “Só mudamos as políticas públicas quando há desejo coletivo. Hoje temos a convicção de que estamos fazendo o que precisa ser feito e que isso servirá de modelo para o País”, asseverou.

A mesma opinião foi externada pelo Promotor de Justiça Reynaldo Mapelli Junior, Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual de Saúde, também signatária do TAC. “Há uma preocupação muito grande em garantir os direitos humanos e a reinserção social dos pacientes de hospitais psiquiátricos e o MP, com esse TAC, aponta o caminho, a melhor maneira de avançar”, afirmou.

“Este TAC é resultado do trabalho coletivo destinado ao coletivo”, ressaltou o Promotor de Justiça Roberto de Campos Andrade, assessor da área de Direitos Humanos do CAO-Cível do MP. “Foi um processo importante de construção de entendimentos entre os entes federados, com o mesmo espírito de grupo em defesa do interesse público”.

Para a ação no Hospital Vera Cruz, foi necessária uma operação de grande complexidade, articulada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, junto com o Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ministério da Saúde. “Foi realizado um censo com todos os pacientes da unidade. Constatamos casos assustadores e, por essa razão, decidimos ampliar a ação de desinstitucionalização para todos os hospitais psiquiátricos privados da região e propor a assinatura do TAC”, afirma Lídia Passos. Além do TAC, o MPSP entrou com uma ação civil pública contra o Hospital Vera Cruz pedindo, pela primeira vez no Brasil, indenização por danos morais aos pacientes com transtorno mental do hospital, em razão das graves violações aos seus direitos fundamentais.

Também participaram da cerimônia de assinatura do TAC Salete Valesan Camba, Secretária Nacional de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos, representando a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Geremias Ribeiro Pinto, Prefeito de Piedade; Joel

David Haddad, Prefeito de Salto de Pirapora; os secretários municipais de Saúde Francisco Vieira Filho (Piedade), Jairo Mendes Goes (Salto de Pirapora) e Vagner Guerrero Rinaldo (Sorocaba); Lisiane Cristina Braecher, Procuradora da República; Flaviano Nuno de Barros Pereira Filho, do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo (COSENS-SP); Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Membro da Mesa Diretora representando o Conselho Estadual de Saúde; Dario Frederico Pasche, Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde, representando o Secretário; Fernanda Nicasso, Coordenadora Adjunta da Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e Drogas do Ministério da Saúde; Mário Luiz Sarrubo, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da Escola Superior do Ministério Público; Fernando José Marques, Ouvidor do Ministério Público; Vania Maria Ruffini Penteadó Balera, Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça; Sérgio Turra Sobrane, Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico, e Máximo Alves Barbosa Filho, Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão.